



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
EDITAL N.º EDI.0026.000017-4/2015
Seção Judiciária de Pernambuco – 26ª Vara Federal
Subseção Judiciária de Palmares – PE

Nº Insc.:	Candidato (a):	Ident.:
-----------	----------------	---------

Seleção para Estágio Remunerado - Curso de Bacharel em Direito
Prova Objetiva

DIREITO CONSTITUCIONAL

1–(FCC-2010) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar em recurso ordinário.

a) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade.

b) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

c) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

d) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado e o Distrito Federal.

e) o crime político.

2–(FCC-2010) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os

a) membros dos Tribunais de Contas do Estado e do Distrito Federal.

b) Juízes do Trabalho da área de sua jurisdição.

c) Governadores dos Estados.

d) Desembargadores dos Tribunais de Justiça.

e) membros dos Tribunais de Contas do Município.

3–(FCC-2007) Membro de Tribunal Regional Federal acusado da prática de crime comum será julgado pelo

a) Supremo Tribunal Federal.

b) Superior Tribunal de Justiça.

c) Tribunal Regional Federal a que pertencer.

d) Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

e) Tribunal Regional Federal da Região mais próxima.

4–(FCC-2014) Determinada matéria constitucional, objeto de proposta de emenda rejeitada pelo Congresso Nacional

a) não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

b) não pode ser objeto de nova proposta na vigência da Constituição.

c) pode ser objeto de nova proposta desde que encaminhada pelo Presidente da República.

d) pode ser objeto de nova proposta apenas em caso de guerra declarada ao país e se tratar de tema afeto à defesa nacional.

e) não pode ser objeto de nova proposta, salvo se contar com apoio de dois terços do Senado Federal.

5-(FCC-2013) Considere o artigo 37, VII, da Constituição Federal de 1988: O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Trata-se de norma de eficácia:

- a)contida.
- b)plena.
- c)limitada.
- d)programática.
- e)exaurida.

6-(FCC- 2013) Conflito de competência entre um juiz do Trabalho e um juiz estadual deverá ser processado e julgado,originariamente, pelo:

- a)Tribunal Regional Federal da região respectiva.
- b)juiz federal da região respectiva
- c)Tribunal Superior do Trabalho.
- d)Superior Tribunal de Justiça
- e)Supremo Tribunal Federal.

7-(FCC- 2013) De acordo com a Constituição Federal, NÃO se inclui na competência dos juízes federais o processamento e julgamento

- a)conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao respectivo Tribunal Regional Federal.
- b)causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- c)disputas sobre direitos indígenas.
- d)crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- e)crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no país, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

8-(FCC-2010) Sobre o Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar que

a)no recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

b)lhe compete julgar, em recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.

c)as decisões definitivas de mérito, que proferir, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

d)poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

e)quando apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9-(FCC-2014) Em julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, a Corte Suprema firmou entendimento no sentido de que assessor de Juiz ou de Desembargador tem incompatibilidade para o exercício da advocacia. Ao fundamentar sua decisão, a Corte explanou que tal incompatibilidade assenta-se, sobretudo, em um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa. Trata-se do princípio da

- a) supremacia do interesse privado.
- b) publicidade.
- c) proporcionalidade.
- d) moralidade.
- e) presunção de veracidade.

10-(FCC-2013) Os princípios básicos da Administração pública podem ser expressos ou implícitos, sendo estes reconhecidos a partir da interpretação da doutrina e jurisprudência, impondo determinados padrões e balizas para atuação da Administração pública. Dentre eles, está o princípio da indisponibilidade do interesse público que

a) prevalece sobre os demais princípios implícitos e explícitos, mitigando o próprio princípio da legalidade, na medida em que faculta ao Gestor Público, até mesmo por ato administrativo, afastar a aplicação de lei que o autorize a transigir, por ofensa à indisponibilidade do interesse público.

b) determina que os interesses privados não possam se sobrepor ao interesse público, inviabilizando que as matérias de conteúdo patrimonial, sob litígio durante a execução de um contrato de concessão de serviço público, sejam submetidas e decididas por mecanismos privados para resolução de disputas.

c) impede a celebração de termos de ajustamento de conduta com a Administração pública, já que exclui a possibilidade de negociação de seu conteúdo entre os partícipes, sob pena de ofensa à legalidade.

d) é uma das facetas do princípio da licitação, ao lado do princípio expresso da impessoalidade,

evitando privilégios e favorecimentos direcionados àqueles que possam não executar o objeto da contratação satisfatoriamente.

e) fundamenta o sacrifício ao exercício de competências atribuídas por lei à Administração pública, como a instalação de infraestrutura rodoviária sobre área irregularmente ocupada por movimento de sem-teto.

11-(FCC-2014) Acerca da Administração pública brasileira: é correto afirmar que

a) o Banco Central do Brasil, ao exercer atividade regulatória em todo o território nacional sobre instituições financeiras, é exemplo de descentralização administrativa.

b) compreende tanto Secretarias e Ministérios, quanto fundações públicas, autarquias e empresas estatais, todos eles dotados de personalidade jurídica própria, mas os dois primeiros desprovidos de autonomia administrativa.

c) sob o aspecto formal, refere-se ao conjunto de funções administrativas exercidas precipuamente pelo Poder Executivo com vistas a satisfazer as necessidades coletivas sentidas no plano concreto.

d) seus órgãos e entidades submetem-se a um mesmo regime jurídico, de direito público e derogatório do direito comum, e a jurisdição administrativa independente.

e) seus órgãos e entidades, por expressa disposição constitucional, são isentos do pagamento de tributos e submetem-se ao regime de precatórios.

12-(FCC-2010) De acordo com a definição de José dos Santos Carvalho Filho, a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade (Manual de Direito Administrativo, São Paulo, Atlas 25. ed. p. 75) refere-se ao poder

a) de polícia judiciária, que autoriza a Administração pública a restringir a liberdade dos administrados.

b) de império, que qualifica todos os atos praticados pela Administração pública.

c) discricionário, que permite à Administração pública atuar nas lacunas da lei.

d) de polícia, que não se restringe às atividades normativas e preventivas, alcançando também atuação repressiva.

e) vinculado, que exige que a Administração pública faça tudo aquilo que estiver expressamente previsto na lei.

13-(FCC – 2015) A edição de atos normativos de efeitos internos, com o objetivo de ordenar a atuação dos órgãos subordinados decorre do poder

a) disciplinar.

b) regulamentar.

c) hierárquico.

d) de polícia.

e) normativo.

14-(FCC-2014) A vigilância sanitária interditou, após regular processo administrativo, estabelecimento comercial no Município de Serra do Navio que funcionava regularmente há anos. A interdição decorreu do fato de o estabelecimento não manter as condições sanitárias de higiene estabelecidas em lei e em regulamento nas instalações físicas e no processamento dos alimentos. A atividade exercida pela vigilância sanitária é manifestação do poder

a) de polícia administrativa que após a Constituição Federal é conferido somente à polícia judiciária, em razão do princípio democrático que retirou do ato administrativo o atributo da coercitividade.

b) disciplinar-normativo da Administração, que expede atos gerais e abstratos para limitar ou disciplinar direitos, interesses ou a liberdade dos administrados, em razão de interesse público concernente à segurança e à higiene.

c) de polícia administrativa, que na hipótese não envolveu o atributo da executoriedade, porque a medida foi imposta após regular processo administrativo.

d) de polícia administrativa, que possui os atributos da autoexecutoriedade e coercibilidade e deve obediência às regras de competência, forma e finalidade dos atos administrativos.

e) disciplinar, também denominado de extroverso, cujos atributos da autoexecutoriedade e da coercibilidade não dispensam a observância do devido processo legal.

15-(FCC – 2014) A matéria acima transcrita revela o exercício preponderante, pela Administração pública pernambucana, do poder

a) legalidade.

b) hierárquico.

c) normativo.

d) legislativo.

e) de polícia.

16- (FCC – 2014) Carlos Eduardo, servidor público estadual e chefe de determinada repartição pública, adoeceu e, em razão de tal fato, ficou impossibilitado de comparecer ao serviço público. No entanto, justamente no dia em que o mencionado servidor faltou ao serviço, fazia-se necessária a prática de importante ato administrativo. Em razão do episódio, Joaquim, servidor público subordinado de Carlos Eduardo, praticou o ato, vez que a lei autorizava a delegação. O fato narrado corresponde a típico exemplo do poder

a) disciplinar.

b) de polícia.

c) regulamentar.

d) hierárquico.

e) normativo-disjuntivo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17-(FCC – 2014) De acordo com o Código de Processo Civil, em regra, a nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão

a) não pode ser declarada de ofício pelo juiz, devendo a parte requerer a referida declaração através de reconvenção, que obedecerá o procedimento ordinário.

b) não pode ser declarada de ofício pelo juiz, devendo a parte requerer a referida declaração através de exceção de incompetência.

c) pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do autor.

d) pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.

e) não pode ser declarada de ofício pelo juiz, devendo a parte requerer a referida declaração como preliminar em contestação, que obedecerá o procedimento ordinário.

18-(FCC – 2014) Pedro, oficial de justiça, viajou para visitar sua mãe doente e resolveu delegar a outra pessoa o cumprimento de mandado de citação do réu de uma ação de cobrança. A conduta de Pedro.

a) é ilegal, pois está obrigado a realizar pessoalmente as diligências próprias de seu cargo.

b) é legal, se a pessoa à qual delegou as atribuições tiver cumprido as formalidades inerentes ao ato citatório e for analista judiciário oficial de justiça.

c) só é ilegal se a pessoa que cumpriu a diligência for seu cônjuge, irmão ou parente até o terceiro grau.

d) legal, porque a lei atribui ao oficial de justiça poderes para delegar suas funções por necessidade do serviço ou outro motivo justificado.

e) só é ilegal se a certidão a respeito da ocorrência, com menção de lugar, dia e hora, não tiver sido lavrada e assinada pelo próprio oficial de justiça.

19-(FCC – 2013) No tocante aos deveres das partes e de seus procuradores:

a) a parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado, defeso a este postular em causa própria.

b) a procuração geral para o foro habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, sem exceção, se conferida por instrumento público.

c) reputa-se litigante de má-fé quem interpuser recurso com intuito manifesto de reformar a sentença que lhe é contrária.

d) é defeso às partes e seus advogados empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao juiz, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.

e) a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios, salvo, quanto aos honorários, se o advogado era a parte vencedora, funcionando em causa própria.

20-(FCC – 2012) Melissa é juíza de direito da X Vara Cível da Comarca Y do Estado de Pernambuco. Melissa faz parte de uma família de operadores do Direito. Seu avô, irmão, cunhada e sobrinha são advogados militantes. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, é defeso à Melissa exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário, quando nele estiver postulando como advogado da parte apenas seu

a) avô e irmão, tratando-se de hipótese de impedimento.

b) avô, irmão e cunhada, tratando-se de hipótese de suspeição.

c) avô, irmão e cunhada, tratando-se de hipótese de impedimento.

d) avô e irmão, tratando-se de hipótese de suspeição.

e) avô, tratando-se de hipótese de suspeição.

21-(FCC – 2012) Em relação à competência é correto afirmar que:

- a) a ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.
- b) a ação em que se pedem alimentos deve ser proposta no foro do alimentante.
- c) se houver dois ou mais réus, com domicílios diferentes, a demanda será proposta no foro do réu de maior idade.
- d) nas ações de reparação de dano sofrido por acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do réu, com exclusão de qualquer outro.
- e) em qualquer processo, se o juiz considerar-se absolutamente incompetente, deverá extingui-lo, de ofício ou após provocação da parte.

22-(FCC – 2012) O juiz, no processo civil,

- a) aprecia a prova de acordo com uma determinada hierarquia legal, sendo a confissão a mais importante, e a prova testemunhal a menos importante.
- b) decidirá o processo nos limites do pedido formulado, sendo-lhe proibido conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
- c) não pode determinar ele próprio as provas que entender necessárias, pois depende sempre do pedido expresso da parte nesse sentido.
- d) se tiver sua sentença reformada, poderá responder por perdas e danos, independente de dolo ou fraude.
- e) não é obrigado a julgar o processo se não existirem normas legais para o caso concreto que está sendo examinado.

23-(FCC – 2012) No que concerne às partes e aos procuradores, é correto afirmar:

- a) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
- b) O cônjuge não necessita do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

c) Responde por perdas e danos aquele que pleitear de má-fé como autor, réu ou interveniente.

d) O juiz dará curador especial ao réu que, pessoalmente citado, tornar-se revel.

e) A sentença, proferida entre as partes originárias, não estende os seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.

24-(FCC – 2012) Roberval é maior, capaz, técnico em computação, reside da cidade do Rio de Janeiro, se acha em pleno exercício de seus direitos e habilitado a todos os atos da vida civil. Nesse caso, Roberval

a) tem capacidade postulatória e capacidade para estar em juízo.

b) tem capacidade postulatória, mas não tem capacidade para estar em juízo.

c) tem capacidade para estar em juízo, mas não tem capacidade postulatória.

d) não tem capacidade postulatória, nem capacidade para estar em juízo.

e) só tem capacidade para estar em juízo e capacidade postulatória se estiver assistido por curador especial.

DIREITO CIVIL

25-(FCC – 2015) O Código Civil brasileiro determina que toda a pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Não obstante, de acordo com a mesma legislação, são tidos como absolutamente incapazes os

- a) pródigos.
- b) que não puderem exprimir sua vontade, mesmo por causa transitória.
- c) ébrios habituais.
- d) que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- e) índios.

26-(FCC – 2013) Para o Código Civil brasileiro, a personalidade civil

- a) extingue-se quando a pessoa, mesmo que por causa transitória, não puder exprimir sua vontade.
- b) inicia-se com o nascimento com vida.
- c) é atributo exclusivo das pessoas físicas
- d) abrange, para todos os efeitos, o nascituro.
- e) é extensível aos animais.

27-(FCC – 2014) Com objetivo científico, Adão decidiu dispor de todo o seu corpo para depois da morte. De acordo com o Código Civil, tal ato é

- a) válido, podendo ser revogado apenas se houver sido praticado gratuitamente.
- b) inválido, pois o corpo humano, mesmo morto, não pode ser tratado como objeto de disposição.
- c) válido, tenha sido praticado gratuita ou onerosamente, não podendo ser revogado.
- d) válido, desde que feito gratuitamente e podendo ser revogado a qualquer tempo.
- e) inválido, pois a disposição do corpo morto somente pode ocorrer para fins de transplante.

28-(FCC – 2014) A empresa MMB possui seu principal estabelecimento em Macapá, além de outros dois em Manaus e Brasília. A diretoria

funciona em Manaus. Admitir-se-á como domicílio(s) da empresa

- a) Manaus, apenas.
- b) Macapá, Manaus e Brasília, independentemente do local em que tenha sido praticado o ato.
- c) Macapá, Manaus e Brasília, para os atos praticados em cada um desses locais.
- d) Macapá e Manaus, apenas.
- e) Macapá, apenas.

29-(FCC – 2014) - De acordo com o Código Civil brasileiro, no tocante às provas, em regra, a confissão.

- a) é irrevogável.
- b) não pode ser anulada se decorreu de erro de fato.
- c) é revogável mediante termo expresse.
- d) é revogável por qualquer meio inequívoco de expressão da vontade.
- e) é revogável se imediata e na presença de no mínimo duas testemunhas idôneas.

30-(FCC – 2014) Ricardo, terceiro não interessado, pagou dívida de seu amigo Cleiton, em seu próprio nome, antes do vencimento. Nesta hipótese, Ricardo

- a) não poderá reembolsar-se do que pagar uma vez que não possuía interesse no pagamento da dívida sendo considerada pela legislação mero ato de liberalidade.
- b) poderá reembolsar-se do que pagar logo após o pagamento e independentemente do vencimento.
- c) poderá reembolsar-se do que pagar apenas no vencimento e também se sub-roga nos direitos do credor.
- d) poderá reembolsar-se do que pagar apenas no vencimento, porém não se sub-roga nos direitos do credor.
- e) apenas subroga-se nos direitos do credor logo após o pagamento.

DIREITO PENAL

31-(FCC – 2014) Considere o artigo 10 do Código Penal.

- a) final - incluiu-se - as horas - os dias - os meses
- b) início - excluiu-se - os dias - os meses - os anos
- c) começo - incluiu-se - os dias - os meses - os anos
- d) final - excluiu-se - as horas - os dias - os anos
- e) começo - considera-se - as horas - os dias - os meses

32-(FCC – 2014) Com relação à aplicação da lei penal, é INCORRETO afirmar:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- c) Pode-se ser punido por fato que lei posterior deixe de considerar crime, se já houver sentença penal definitiva.
- d) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- e) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento de seu resultado.

33-(FCC – 2014) Não há crime sem

- a) dolo.
- b) resultado naturalístico.
- c) imprudência.
- d) conduta.
- e) lesão.

34-(FCC – 2014) Paulo, sabendo que seu desafeto Pedro não sabia nadar e desejando matá-lo, jogou-o nas águas, durante a travessia de um braço de mar. Todavia, ficou com pena da vítima, mergulhou e a retirou, antes que se afogasse. Nesse caso, ocorreu

- a) crime putativo.
- b) crime impossível.
- c) desistência voluntária.
- d) arrependimento eficaz.
- e) crime tentado.

35-(FCC – 2013) A “capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento” e “a contradição entre uma conduta e o ordenamento jurídico” são, respectivamente, conceitos da

- a) imputabilidade e da tipicidade.
- b) culpabilidade e da tipicidade.
- c) imputabilidade e da ilicitude.
- d) culpabilidade e da ilicitude.
- e) culpabilidade e da imputabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36–(FCC – 2014) José foi indiciado em inquérito policial que apura a prática do delito de estelionato contra seu ex-empregador. Diante disso,

a) ante a constatação de que se trata, em verdade, de ilícito civil, a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito.

b) sem inquérito policial, não poderá, posteriormente, haver propositura de ação penal.

c) a vítima poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

d) este inquérito somente pode ser instaurado porque houve representação da vítima.

e) José não poderá requerer diligência à autoridade policial.

37–(FCC – 2014) No tocante à ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal,

a) o direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente, mediante declaração escrita.

b) no caso de ação penal de iniciativa pública dependente de representação, esta será irretratável depois de oferecida a denúncia.

c) apenas a vítima poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos casos em que caiba ação penal pública incondicionada.

d) se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o ofendido poderá promover ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.

e) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 30 dias, contado da data do crime.

38–(CESPE – 2014) Com relação à aplicação da lei processual no tempo, assinale a opção correta.

a) Lei processual penal anterior à nova lei continuará a ser aplicada nos processos que se iniciaram sob a sua vigência.

b) Nova lei processual penal retroage para alcançar os atos praticados na vigência da lei processual penal anterior.

c) Nova lei processual penal tem incidência imediata nos processos já em andamento.

d) Atos processuais realizados sob a vigência de lei processual penal anterior à nova lei serão considerados inválidos.

e) Nova lei processual penal será aplicada apenas aos processos que se iniciarem após a sua publicação.

39–(CESPE – 2014) Lei processual penal

a) não admite interpretação sistemática.

b) não admite aplicação analógica.

c) não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.

d) não deve ser interpretada sempre restritivamente.

e) não admite interpretação extensiva.

40–(CESPE – 2014) No que diz respeito ao inquérito policial, assinale a opção correta.

a) Se tratando de crimes de ação penal pública condicionada, o inquérito policial poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial sem a representação do ofendido, necessária apenas para dar início à ação penal.

b) Tratando-se de crimes de ação penal privada, o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição do Ministério Público ou da autoridade judiciária.

c) O indiciado pode requerer à autoridade policial qualquer diligência que julgue necessária.

d) A autoridade policial deve nomear curador ao indiciar menor de 18 anos de idade.

e) Nos crimes de ação penal pública, o inquérito policial somente poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial.

41–(CESPE) Lúcio, em liberdade, foi investigado pela suposta prática de crime de estelionato. O inquérito policial, após concluído, foi remetido à justiça. O MP recebeu os autos da investigação policial e, decorridos mais de dois meses, não se manifestou no caso.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Na ação penal privada subsidiária da pública, a vítima ou seu representante legal poderá oferecer denúncia perante a justiça, imputando a Lúcio o crime de estelionato.

b) Nessa situação, poderá o ofendido ou seu representante legal intentar ação penal privada subsidiária da ação pública.

c) Como o acusado está em liberdade, não há prazo para o MP se manifestar, restando, apenas, aguardar o pronunciamento do órgão de acusação do Estado, porque o crime é de ação pública incondicionada.

d) Caso o MP se manifeste pelo arquivamento do inquérito policial, poderá a vítima ou seu representante legal, discordando do posicionamento ministerial em relação ao fato, ofertar ação penal privada subsidiária.

e) A ação penal privada subsidiária da pública somente poderá ser intentada nos crimes que são processados mediante ação penal pública condicionada.

42–(CESPE – 2010) Acerca da ação penal, assinale a opção correta.

a) Se, na ação penal privada personalíssima, a vítima se tornar incapaz, o direito de queixa transfere-se ao curador legal e, uma vez restabelecida a capacidade, pode a vítima prosseguir com a ação penal intentada ou desistir dela.

b) Na ação penal privada personalíssima, sendo a vítima menor de idade, deverá aguardar a maioria para ingressar com a ação penal, ou nomear curador especial para tal fim.

c) No caso de falecimento do titular da ação penal privada personalíssima com a ação penal em curso, os sucessores poderão prosseguir no feito.

d) A única possibilidade da ação penal privada personalíssima do ofendido existente no ordenamento jurídico brasileiro é a do crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento para o casamento.

e) No caso de ação penal privada personalíssima, ocorrendo o falecimento ou a declaração de ausência do ofendido, antes de ingressar com a referida ação penal, o direito de oferecer queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

43-(FCC – 2014) Sobre responsabilidade tributária,

a) o representante legal de pessoa jurídica de direito privado, ainda que não seja sócio da empresa, é pessoalmente responsável pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes, infração de lei, contrato social ou estatuto.

b) o arrematante é responsável pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à arrematação, do mesmo modo que o adquirente de bem móvel.

c) o adquirente de estabelecimento comercial é responsável pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à aquisição quando a aquisição se dá em processo de falência, já que os créditos tributários têm preferência sobre créditos extraconcursais.

d) a responsabilidade pelo pagamento do tributo, juros de mora e multa é excluída pela denúncia espontânea da infração.

e) a pessoa jurídica de direito privado que resultar da incorporação, fusão ou transformação é responsável pelos tributos relativos aos fatos geradores anteriores à incorporação, fusão ou transformação de forma subsidiária, caso o patrimônio da incorporada, fundida ou transformada seja insuficiente para quitar os créditos tributários devidos.

44-(FCC – 2014) De acordo com as normas previstas no Código Tributário Nacional,

a) cláusulas contratuais, onde as partes dispõem sobre a capacidade tributária passiva, são admitidas, salvo disposição de lei em contrário.

b) os co-proprietários de um imóvel são responsáveis solidariamente pelos tributos incidentes sobre o mesmo, por expressa designação de lei neste sentido.

c) a isenção concedida em caráter individual a um dos co-proprietários do imóvel alcança a integralidade do tributo, em razão da solidariedade passiva.

d) é irrelevante na definição legal do fato gerador a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelo sujeito passivo da obrigação, ou seja, há fato gerador ainda que o negócio jurídico seja nulo.

e) a sociedade em comum não possui capacidade tributária passiva, pois não está, regularmente, constituída nos termos da lei civil.

e) a sociedade em comum não possui capacidade tributária passiva, pois não está, regularmente, constituída nos termos da lei civil. e) é exceção à anterioridade anual e nonagesimal.

45-(FCC – 2014) Sobre Crédito Tributário, é correto afirmar que :

a) a partir do momento que se realiza o depósito do montante integral ele é extinguido.

b) a penhora em sede de execução fiscal é causa de suspensão da exigibilidade.

c) o parcelamento do débito é causa de exclusão, ainda que ele esteja em vias de execução fiscal.

d) a liminar concedida em mandado de segurança é causa de suspensão da exigibilidade e de suspensão do prazo prescricional.

e) as reclamações e recursos administrativos contra seu lançamento podem ser apresentadas enquanto não proposta a execução fiscal, sendo causa de suspensão do prazo prescricional

46-(FCC – 2014) Considerando que o fato gerador de um tributo sujeito a lançamento de ofício ocorreu em 20 de março de 2009

a) se houver lei mais nova em vigor, que regule o tributo decorrente deste fato gerador, em sendo ela mais benéfica, no lançamento é possível a retroatividade da lei para beneficiar o contribuinte.

b) lei nova que discipline novas medidas de fiscalização não pode ser aplicada relativamente a fatos geradores pretéritos.

c) se a notificação ao sujeito passivo chegar em junho de 2014, haverá decadência.

d) o sujeito passivo tem o prazo de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, para fazer o pagamento antecipado do tributo.

e) se a base de cálculo estiver expressa em moeda estrangeira e a lei não dispuser de forma diversa, far-se-á a conversão para a moeda nacional ao câmbio do dia do lançamento.

47-(FCC – 2014) Sobre Execução Fiscal, o Código Tributário Nacional estabelece:

I. O juiz deverá determinar a indisponibilidade dos bens e direitos do executado, até o limite do valor total exigível, se o devedor não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal.

II. A determinação judicial para tornarem indisponíveis os bens do executado deve ser comunicada ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas para as providências cabíveis contra o devedor.

III. Se o devedor reservar bens ou rendas suficientes para o total pagamento da dívida inscrita, não será considerada fraudulenta a alienação ou oneração de seus bens ou rendas.

Está correto o que se afirma APENAS em :

a) I e III.

b) I.

c) II.

d) III.

e) II e III.

48-(FCC – 2014) Sobre o Sistema Tributário Nacional, considere:

I. Segundo a Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

II. A Constituição Federal é fonte instituidora de tributos, especialmente impostos e contribuições especiais.

III. Constitucionalmente, o princípio da capacidade contributiva é direcionado aos impostos, que terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

IV. Segundo a Constituição Federal, a União tem competência para instituir impostos municipais,

desde que sejam instituídos sobre Territórios não divididos em Municípios. V. É vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir tributos sobre patrimônio, renda e serviços, relacionados com as finalidades essenciais dos templos de qualquer culto.

Está correto o que consta APENAS em

a) II, IV e V.

b) I, II e III.

c) III, IV e V.

d) I, II e V.

e) I, III e IV.

49-(CESGRANRIO – 2014) O tributo é considerado uma prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitui sanção de ato ilícito, correspondendo a uma relação jurídica entre o Estado e o contribuinte.

O tributo é instituído em

a) Estatuto

b) Decreto

c) Portaria

d) Resolução

e) Lei

50-(CESGRANRIO – 2014) Aos Estados-membros e ao Distrito Federal compete instituir alguns impostos.

Um desses impostos estaduais é o chamado Imposto sobre

a) a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

b) a Propriedade Territorial Rural (ITR)

c) Produtos Industrializados (IPI)

d) Operações Financeiras (IOF)

e) Grandes Fortunas (IGF)